



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 6 de fevereiro de 2014
(OR. en)**

5762/14

**COPEN 24
EJN 16
EUROJUST 19**

NOTA

de:	Mihnea Motoc, Embaixador, Representação Permanente da Roménia junto da União Europeia
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia
data de receção:	21 de janeiro de 2014
Assunto:	Implementação da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Notificação da Roménia

Tenho a honra de notificar o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia da implementação pela Roménia da **Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008**, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia (a seguir designada DQ).

Pela Lei n.º 300, de 15 de novembro de 2013, que altera e complementa a Lei n.º 302/2004 relativa à cooperação judiciária internacional em matéria penal, publicada no Jornal Oficial da Roménia, em 11 de dezembro de 2013, a Roménia transpõe a Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia.

As disposições jurídicas que transpõem a referida DQ entraram em vigor 15 dias após a data de publicação da lei de transposição no Jornal Oficial da Roménia, ou seja, a 26 de dezembro de 2013.

Com base nas disposições pertinentes da sua legislação, a Roménia formula as seguintes notificações e declarações relativas à aplicação da referida decisão-quadro:

Notificação relativa ao artigo 2.º, n.º 1

Roménia enquanto Estado de execução

A autoridade competente para receber as sentenças e os certificados emitidos por outro membro da União Europeia é:

Ministry of Justice

Strada Apolodor 17, Sector 5 Bucureşti, Cod 050741

Directorate for International Law and Judicial Cooperation

Division for international judicial cooperation in criminal matters

Telefone: +40.37.204.1077 / +40.37.204.1085

Fax : +40.37.204.1079/84 E-mail: transfer@just.ro

As autoridades competentes para reconhecer e executar as sentenças, ou outras medidas privativas de liberdade, são os tribunais de recurso em cuja jurisdição a pessoa condenada tem domicílio ou residência permanente.

	Adresa	Cod	Telefon	Fax	E-mail
Curtea de Apel Alba Iulia	Alba Iulia str. I.C. Brateanu nr. 1, Alba Iulia (Alba)	510181	+40 258810289	+40 258810286	cosminmuntean@just.ro
Curtea de Apel Bacau	Bacau, Str. Cuza Voda, nr. 1, Bacau (Bacau)	600266	+40 234513296	+40 234514275	curteapel-bacau@just.ro pcodruta@just.ro
Curtea de Apel Brasov	Brasov , Bd. Eroilor nr. 5, Brasov (Brasov)	500007	+40 268413741	+40 268475146	cabrasov@just.ro
Curtea de Apel Bucuresti	Bucuresti, Splaiul Independentei, nr. 5, Bucuresti – Sector 5	050091	+40 213323564	+40 213321240	infocabuc@just.ro relatiicab@just.ro
Curtea de Apel Cluj	Cluj-Napoca, P-ta Stefan cel Mare nr. 1, Cluj-Napoca (Cluj)	400133	+40 264596110	+40 264592322	curtecj@just.ro
Curtea de Apel Constanta	Constanta, str. Traian nr. 23, Constanta (Constanta)	900743	+40 241606597	+40 241616003	curteapel-constant@just.ro

	Adresa	Cod	Telefon	Fax	E-mail
Curtea de Apel Craiova	Craiova, B-dul Nicolae Titulescu nr.4, Craiova (Dolj)	200188	+40 251418568	+40 251415600	cacraiova@just.ro
Curtea de Apel Galati	Galati, str. Brailei nr. 153, Galati (Galati)	800319	+40 236460331	+40 236460227	cagalati@just.ro
Curtea de Apel Iasi	Iasi, str. Anastasie Panu, nr. 25bis, Iasi (Iasi)	700024	+40 232260600	+40 232255907	curteapel-iasi@just.ro rsafta@just.ro
Curtea de Apel Oradea	Oradea, Parcul Traian nr. 10, Oradea (Bihor)	410033	+40 259426881	+40 259415903	primgrefercao@just.ro lgherdan@just.ro
Curtea de Apel Pitesti	Pitesti, str. Victoriei nr. 22, Pitesti (Arges)	110017	+40 248219374	+40 248223828	curteaapelpitesti@yahoo.com
Curtea de Apel Ploiesti	Ploiesti, str. Emil Zola nr. 4, Ploiesti (Prahova)	100043	+40 244522445	+40 244522452	curteapel-ploiesti-info@just.ro

	Adresa	Cod	Telefon	Fax	E-mail
Curtea de Apel Suceava	Suceava, str. Stefan cel Mare nr .62, Suceava (Suceava)	720062	+40 230216321	+40 230524022	rodicaneagu@just.ro simonacondurache@just.ro
Curtea de Apel Targu Mures	Targu Mures, str. Justitiei nr. 1, Targu Mures (Mures)	540069	+40 265263694	+40 265269199	catgmures@just.ro
Curtea de Apel Timisoara	Timisoara, Piata Tepes Voda nr. 2, Timisoara (Timis)	300055	+40 256498721	+40 256498092	bolcean@just.ro

A autoridade competente para receber os pedidos de detenção provisória (artigo 14.º) é:

Parchetul de pe lângă Curtea de Apel București

The Prosecution Office of the Court of Appeal of Bucharest

Str. Scaune nr. 1-3, sector 3, 030243

Telefones: +40– 21-3111276 / +40– 21-3111557

Fax +40-21-3124553 / +40-21-3111557

E-mail: pca_bucuresti@mpublic.ro

A autoridade competente para decidir sobre os pedidos de trânsito (artigo 16.º) é:

Ministry of Justice

Strada Apolodor 17, Sector 5 București, Cod 050741

Directorate for International Law and Judicial Cooperation

Division for international judicial cooperation in criminal matters

Telephone: +40.37.204.1077 / +40.37.204.1085

Fora das horas de expediente: + 040.733.737.769

Fax: +40.37.204.1079/84 / E-mail: transfer@just.ro

Roménia enquanto Estado de emissão

A autoridade romena competente para transmitir os certificados e as sentenças a outros Estados-Membros da União Europeia é:

Ministry of Justice

Strada Apolodor 17, Sector 5 București, Cod 050741

Directorate for International Law and Judicial Cooperation

Division for international judicial cooperation in criminal matters

Telephone: +40.37.204.1077 / +40.37.204.1085

Fax: +40.37.204.1079/84 / E-mail: transfer@just.ro

Declaração nos termos do artigo 7.º, n.º 4

A Roménia declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1.

Declaração nos termos do artigo 23.º

Os certificados e as sentenças devem ser acompanhados de uma tradução em língua romena.

(Fórmula de cortesia)

Mihnea Motoc
